

OPINIÕES SOBRE O PROCESSO (E SEU DESFECHO)

Solicitamos a alguns professores que respondessem, de modo conciso, às seguintes perguntas: “Como avalia o recente processo de escolha de reitor? Quais serão suas implicações para a universidade?” A seguir, as manifestações colhidas.

“Conformados a viver à luz de lamparinas”

O processo sucessório para a Reitoria me lembra passagem da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer.

Em momento único, descreve-se, a partir da Odisséia, como a divisão do trabalho é fundamental no processo de alienação. Ulisses, amarrado ao mastro do navio, não cede ao canto das sereias. Em vão clama por ser desatado. Os remadores, com os ouvidos vedados por cera, não podem escutá-lo ou mesmo à beleza do canto. Nem Ulisses, que comanda, pode se entregar à sua natureza, nem os remadores podem abdicar de seu labor para romper o processo de alienação no qual estão envolvidos. Ambos, alienados, inviabilizam que a humanidade alcance o sentido de si mesma. O objetivo perseguido pelo esclarecimento (“livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores”) não é atingido. O esclarecimento acomoda-se a pretensões mais modestas.

Fotos: Daniel Garcia



Sempre acalentei a ilusão de que, quanto mais cultos, mais fácil seria aos homens se entregar à Democracia. O procedimento sucessório na Reitoria indica que errei.

Não teria me equivocado se percebesse o que realmente se deu com o esclarecimento. A passagem acima, escrita pelos autores da Teoria Crítica, explica o que se tem processado não somente com a sucessão, mas também com o conhecimento irradiado pela Universidade — subprodutos da alienação que alimentam mais alienação. Não conduzem ao esclarecimento no qual os homens irão se

livrar do medo e se investir na condição de senhores.

Distanciados, permanecemos na solidão de nossos laboratórios ou da escrita de nossos textos, alheios aos reais destinos da coisa pública. Na Universidade, em que deveria resplandecer a luminosidade, acabamos sendo conformados a viver à luz de lamparinas.

Marcus Orione G. Correia
Professor Associado da FD

“Mídia colocou foco na estrutura autoritária”



Penso que o impacto dos episódios que envolveram a presença da PM no campus foi determinante no processo de escolha do novo reitor. Vivemos dias de barbárie, com situações contundentes que tiveram repercussão dentro e fora da universidade. A mídia colocou foco na atual estrutura vertical e autoritária da USP que contraria os princípios que orientam a educação nacional. Diante de tal autoritarismo, que diferença faz o governador exercer a prerrogativa de escolher o segundo nome da lista tríplice?

A novidade foi o debate com os candidatos. Essa disponibilidade parece ser um resultado da pressão pela democratização protagonizada pela mídia. Mas por que tão poucos presentes? Parece que entre os docentes, a síndrome do produtivismo e o isolamento impedem a reflexão dialogada sobre a nossa realidade. Trata-se de um movimento que transcende a universidade. O alheamento torna nebulosa a consciência em relação ao que verdadeiramente nos falta.

Marie Claire Sekkel
Professora Doutora do IP

“Problema está em Reitor com tantos poderes”

A recente eleição do Reitor da USP suscitou grande polêmica por dois motivos: 1) o professor João Grandino Rodas era o segundo da lista tríplice; 2) a própria instituição “Reitoria” vem sendo atacada nos últimos anos.

A crítica à escolha do segundo colocado carece de sentido, pois significaria legitimar o primeiro. Mas o desgaste da função do Reitor nos últimos anos é real.

Há anos aparecem idéias sobre a escolha direta para Reitor e a representação “paritária” nos órgãos de decisão em geral.

O problema é que tal solução não integra necessariamente os interesses da população. Esta

precisaria ser representada tanto nas eleições de reitor quanto no Conselho Universitário. Como fazê-lo? Uma hipótese insuficiente, porém mais representativa, seria a comunidade uspiana escolher a lista tríplice da forma que melhor lhe aprouvesse e a escolha final recair na Assembléia Legislativa ou numa outra forma de sanção popular.

Mas talvez o problema não esteja na eleição em si, mas na própria manutenção de um Reitor com tantos poderes de destinação de verbas e nomeações (nem sempre com mérito, diga-se de passagem).

Lincoln Secco
Professor Doutor da FFLCH



“Atitude de Serra é legal, porém ilegítima”

A escolha do magnífico entre os professores titulares por serem aqueles que têm o suposto domínio da complexidade acadêmica implica manter um complexo de falácias que fazem natural a visão corrente de que um titular tem, em si, a excelência acadêmica nos campos do ensino, pesquisa, extensão e, por conseguinte, a necessária aptidão para a administração e o governo. Essa lógica faz com que a verticalização mantenha um pequeno grupo no controle das estruturas administrativas, preferencialmente dirigidas por quem detém a titularidade.

Isso faz da massa que faz a vida dessa universidade, que constrói cotidianamente a tão propalada e perseguida excelência universitária, seres menores e inaptos para conduzir e decidir os rumos do corpo que movimentam a despeito de não ostentarem o título que é a chave para quaisquer portas que se



deseje abrir ou fechar. Uma massa subcidadã. O processo eleitoral de reitor na USP reflete essa reserva de poder para os notáveis, concentrando-se o poder decisório da vida de todos nas sábias mãos de alguns que escolhem entre esses alguns.

Não me parece adequado, porém, ler na escolha de um nome que tem aderência ao governo, mas que não o apoio dos nobres do processo, uma ação que reafirma e legitima o estado de direito. A autonomia universitária nasce com o intuito de guardar a instituição de usos políticos. Não há dúvidas da legalidade da atitude do governador

Paulista, mas não tenho dúvidas de sua ilegitimidade. Sua decisão mostra a clara tendência deste governo de encontrar caminhos de controle de uma estrutura que até aqui tem resistido ao controle político-partidário.

Alessandro Soares da Silva
Professor Doutor da EACH

“Processo ratificou modelo arcaico, imperial de poder”

O processo atual serviu para ratificar um modelo antigo, arcaico, imperial de poder. A sua mensagem clara é de que na USP a estrutura legítima de poder é um exercício de violência. Violência baseada em princípio na prerrogativa de que os titulares, “naturalmente” representados em todos os fóruns decisórios, desde os colegiados departamentais ao Conselho Universitário são a minoria esclarecida que governa em consonância com o arbitrário poder do Rei, que, ao fim e ao cabo, diz que o Reitor deve ser seu menino de recados titulado.

E é claro que há um mal estar generalizado, quando aquele que é o indicado atualiza a um só tempo o sentido monárquico, a ditadura, a violência sutil que manejam os intelectuais e a violência explícita que convoca a polícia para resolver problemas em uma instituição que deveria ter por base o diálogo permanente.

O que esperar então de um processo que pronuncia a desastrosa frase que propõe deixar vivo quem acabou de ser violentado?

Manoel Fernandes
Professor Doutor da FFLCH

